

Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570
Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051
E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8242/2025 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP) E APARELHOS EM COMODATO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

REQUISIÇÃO: Nº 012/2025

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0055/2025 RETIFICADO

O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS, de ordem da Senhora Prefeita Municipal, através da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante Agente de Contratação/Pregoeiro e equipe de apoio, designados através da Portaria nº 127/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.854 de 18 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal 10.852/2024, bem como à legislação correlata farão realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital, e seus anexos, de acordocom o Parecer Jurídico nº 771/2025 - PJM.

1- DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

- **1.1.** A sessão pública será realizada no site <u>www.pregaobanrisul.com.br</u>, no dia 4 de novembro de 2025, <u>com início às 9:01 horas</u>, horário de Brasília DF.
- **1.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- **1.4.** Formalização de questionamentos, impugnações e recursos diretamente no Portal Pregão Banrisul.

2 - DO OBJETO

- **2.1.** A presente licitação tem como objeto a **contratação de serviço de telefonia móvel (serviço móvel pessoal SMP) e aparelhos em comodato**, para atender à Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana conforme descrições e especificações no ANEXO I Termo de Referência.
- **2.2.** Em caso de discordâncias existentes entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Eletrônico Pregão Online Banrisul e as especificações constantes do Termo de Referência (**ANEXO I**) deste edital prevalecerão estas últimas.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema Eletrônico, através do site http:// www.pregaobanrisul.com.br, e atenderem às exigências quanto às documentações solicitadas neste Edital e seus anexos.
- **3.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do Sistema Eletrônico (http://www.pregaobanrisul.com.br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- **3.3.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua inteira e exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema Eletrônico (http://www.pregaobanrisul.com.br) ou à Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento RS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051

E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

- **3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- **3.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- **3.7.** Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- **3.8.** O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- **3.9.** A participação do licitante como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) e demais pessoas jurídicas definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, somente será permitida, se o interessado comprovar tal situação jurídica através de seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME, EPP <u>ou</u> através da apresentação de enquadramento do licitante na condição de ME, EPP mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão e registro de seus atos constitutivos.
- **3.9.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- **3.10.** A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- **3.11.** A participação de pessoa jurídica em consórcio observará as normas previstas no artigo 15 da Lei 14.133/2021.
- **3.12.** Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) empresa ou sociedade estrangeira;
- c) empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com os objetos deste Pregão Eletrônico;
- e) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- f) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) agente público do órgão ou entidade licitante.

4 - DA PROPOSTA

- **4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- **4.2.** No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que examinou todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051

E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

- **4.3.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- **4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- **4.4.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- **4.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na <u>Lei</u> nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- **4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- **4.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- **4.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a) valor unitário do item, marca, fabricante e quantidade.
- **5.2.** A proposta de preço (inicial e ajustada) **anexa** ao sistema deverá:
- a) estar devidamente identificada e assinada pelo representante legal da empresa;
- b) conter o valor do item em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula;
- c) descrever detalhadamente cada item, a quantidade, a marca e fabricante quando couber;
- d) anexar folder ou catálogo, contendo imagens e descrição detalhada do item.
- e) o prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- **5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência.
- **5.6.** As propostas que eventualmente contemplem o produto/serviço que não correspondam às descrições contidas no **ANEXO I** deste Edital serão desconsideradas.
- **5.7.** Poderão ser admitidos, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- **5.8.** O upload da proposta no site www.pregaobanrisul.com.br será de total responsabilidade da licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação do Pregoeiro que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570
Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051
E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **6.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico, conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no site http://www.pregaobanrisul.com.br.
- **6.2.** A comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca demensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1.** Após aberta a etapa competitiva (Sessão Pública) as licitantes classificadas poderão encaminhar lances pelo valor do item, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **7.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- **7.4.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- **7.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- **7.6.** Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- **7.7.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- **7.8.** Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos ou via e-mail com o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.
- **7.9.** O tempo normal de disputa de lances da sessão pública será de 10 minutos, encerrando esta etapa caso não ocorram novos lances nos 2 minutos finais.
- **7.9.1.** O tempo normal de disputa de lances da sessão pública será prorrogado em 2 minutos pelo Sistema Eletrônico Banrisul, enquanto persistirem os lances.
- **7.10.** Fica facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro a reabertura da etapa de lances.
- **7.11.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme **Art. 56, § 4º, da Lei 14.133/2021**.
- **7.12.** Em caso de empate entre as propostas dos licitantes, a escolha do vencedor dar-se-á por critérios do Art. 60, inciso I da Lei 14.133/21, permanecendo o empate seguirá por sorteio eletrônico.

8 – DA DESCONEXÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

- **8.1.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **8.2.** No caso de desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site http://www.pregaobanrisul.com.br.

9 - DA NEGOCIAÇÃO

- **9.1.** Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre a sua aceitação, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a aquisição, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570
Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051
E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

10 - DA ACEITABILIDADE/JULGAMENTO DA PROPOSTA

- **10.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do valor obedecendo ao critério de julgamento de menor preço por item.
- **10.2.** Deverão ser respeitados os valores máximos de referência de cada item.
- **10.3.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- **10.4.** Serão rejeitadas as propostas que apresentarem valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- **10.5.** O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer tempo, testes e análises do objeto licitado, junto a técnicos capacitados ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suadecisão.
- **10.6.** Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento da proposta ajustada e posteriormente os documentos dehabilitação.
- **10.7.** Na hipótese da proposta ou do lance menor não ser aceito ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11 - HABILITAÇÃO

- **11.1.** A habilitação das licitantes vencedoras será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b)** ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- e) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN, referente a todos os tributos federais e à Divida Ativa da União DAU por elas administrados;
- f) certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- g) certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h) regularidade relativa a débitos trabalhistas, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente. (http://www.tst.jus.br/certidao);
- i) certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 90 (noventa) dias contados da data de expedição do documento;
- j) apresentar a documentação constante no item **3.9 do edital**. A participação do licitante como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) e demais pessoas jurídicas definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, somente será permitido, se o interessado comprovar tal situação jurídica através de seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME, EPP <u>ou</u> através da apresentação de enquadramento do licitante na condição de ME, EPP mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão e registro de seus atos constitutivos.
- **k)** Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou/presta serviços do objeto a ser contratado.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051

E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

- I) Cópia da licença ou ato de autorização emitido pela ANATEL, em vigor, que a habilite à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou que a qualifique como Operadora Móvel Virtual (MVNO Mobile Virtual Network Operator), nos termos das Resoluções ANATEL n° 477/2007 e n° 550/2010.
- **11.2.** A empresa participante desta licitação leu, aceita e declara sob as penas da lei que cumpre e concorda com todos os Termos de Participação do presente certame abaixo descritos:
- **a)** declaração que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).
- **b)** declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, l, da Lei nº 14.133/2021);
- c) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021):
- d) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- e) declaração de que a licitante assume o compromisso de guardar todos documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10(dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública:
- **f)** declaração de que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de contrato ou ata de registro de preços, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal;
- **g)** declaração de que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;
- **h)** declaração de que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica.
- **11.2.1.** Quando houver a necessidade de anexar declarações, as mesmas deverão ser assinadas por sóciogerente, presidente ou diretor, admissível assinatura por procurador / credenciado munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento.
- **11.3.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ e o respectivo endereço.
- **11.4.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **11.5.** Sendo constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.
- **11.6.** Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- **11.7.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

12 - DO RECURSO

- **12.1.** Caberá recurso nos casos previstos no art. 165 da Lei n° 14.133/21, devendo o licitante manifestar sua intenção de interpor recurso, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, após os julgamentos das fases de classificação das propostas e habilitação da empresa no item.
- **12.2.** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via Sistema Eletrônico, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- **12.3.** O prazo para inserção das contrarrazões em campo próprio do sistema, previsto no item 12.2, será aberto depois de findado o prazo de intenção de recorrer no lote que tiver empresa habilitada.
- **12.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferida a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- **12.5.** O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051

E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

- **12.6.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste pregão, implica decadência desse direito, ficando o Agente de Contratação/Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- **12.7.** Decairão do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aqueles que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito derecurso.
- **12.8.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior conforme art. 71, inciso IV da lei 14.133/23.

14 – DAS ATRIBUIÇÕES

- **14.1.** Cabe ao Agente de Contratação/Pregoeiro às atribuições dispostas no **Decreto Municipal nº 10.852 de 17 de janeiro de 2024.**
- **14.2.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

15.1. O recebimento e fiscalização do objeto do presente contrato se dará de acordo com o **art. 140, da Lei Federal n.º 14.133/21** e posteriores alterações.

16 - DA SOLICITAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. A aquisição do bem/fornecimento do serviço será de acordo com o descrito na minuta do contrato e termo de referência, Anexo I deste edital.

17 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- **17.1.** Entregar o bem adquirido/serviço licitado conforme especificações deste edital, **Anexo I**, e em consonância com a proposta de preços.
- **17.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

18 - DO CONTRATO

- **18.1.** Homologada a licitação, o Departamento de Licitações e Contratos convocará o licitante mais bem classificado para assinatura do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação e sem prejuízo das sanções previstas n**a Lei nº 14.133/21**.
- **18.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- **18.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051 E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

19.1. Pelo inadimplemento das obrigações, sendo na condição de participante do pregão ou na de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

20 - DA EXTINÇÃO

20.1. As hipóteses de extinção de contratos estão previstas nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

21 - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas com a aquisição/prestação de serviços de que trata o objeto do presente Pregão Eletrônico correrão à conta das dotações orçamentárias previstas na minuta do contrato, Anexo III.

22 - DO PAGAMENTO

- **22.1.** O pagamento será efetuado, após o recebimento, através da Nota de Empenho, mediante emissão de Notas Fiscais e a tramitação do Processo para instrução e liquidação, no prazo de até **30 (trinta) dias**.
- **22.2.** Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **22.3.** A Administração do Município de Sant' Ana do Livramento RS poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Licitante vencedora, nos termos deste Edital.

23 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- **23.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da <u>Lei nº</u> 14.133 de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- **23.2.** As impugnações deverão ser enviadas ao Agente de Contratação/Pregoeiro exclusivamente através do sítioeletrônico https://pregaobanrisul.com.br.
- **23.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial https://pregaobanrisul.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **23.4.** Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, pelo Agente de Contratação responsável pela elaboração deste Edital e seus anexos, e responsáveis pelo Termo de Referência, decidir sobre a impugnação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **23.5.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- **23.6.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Agente de Contratação/Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente através do sítio eletrônico https://pregaobanrisul.com.br
- **23.7.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.
- 23.8. Impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **23.8.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

24 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **24.1.** É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- **24.2.** No interesse da Administração do Município de Sant' Ana do Livramento RS, o objeto da presente licitação poderá ser aumentado ou suprimido, com fundamento no **artigo 125,da Lei Federal n.º 14.133/21.**
- **24.3** Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- **24.4.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- **24.5.** O Município de Sant' Ana do Livramento RS se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570
Telefones: (55) 99178.1244 0800 0902051
E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

- **24.6.** Este Pregão Eletrônico poderá ter a data de abertura da Sessão Pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do Município de Sant Ana do Livramento RS.
- **24.7.** A presente licitação rege-se pela **Lei n°14.133/2021**, sendo declarado competente o Foro da Comarca de Sant' Ana do Livramento RS para dirimir controvérsias emergentes da presente licitação.

25.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo - Proposta;

ANEXO III - Minuta de contrato.

Sant' Ana do Livramento, 16 de setembro de 2025.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO

Prefeita Municipal

Edital elaborado por: Thais de Freitas do Nascimento e Silva Mat.: 233201



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8242/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0055/2025 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP) E APARELHOS EM COMODATO.

1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Quant.	Unid.	Especificação Detalhada do Objeto	Valor Total Mensal de Referência R\$	
			38 pacotes de serviços de telefonia móvel com fornecimento de chip e comodato de aparelho celular. O valor unitário mensal de referência é de R\$ 176,02.		
01	01 12 mês		Pacote de serviços de telefonia móvel, serviço móvel pessoal - smp (voz, dados e sms), acesso à internet por meio de tecnologia 4g ou superior com no mínimo 10gb de dados, validos por 30 dias, 1000 sms, whatsapp ilimitado, chamadas ilimitadas para fixo e móvel de todas as operadoras (VC1, vc2, vc3), gestor online para todas as linhas contratadas. Fornecimento de Chip, com fornecimento em comodato de aparelho "sistema operacional Android versão 11 ou superior, processador octa-core, memória Ram de 4 GB, armazenamento interno de 128GB, tela de no minimo 6,4"0, bateria com no mínimo 5.000 Mah e solução de gerenciamento de dispositivo (MDM).	6.688,76	
,	80.265,12				



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Secretaria Municipal da Administração
DTI - Departamento de Tecnologia da Informação

<u>DII - Departamento de Tecnologia da Informação</u> ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA				
ITEM	DESCRIÇÃO			
Pacote de serviços de telefonia móvel com Fornecimento de Chip e comodato de aparelho celular.	- Pacote de serviços de telefonia móvel, serviço móvel pessoal e individual - smp (voz, dados e sms), acesso à internet por meio de tecnologia 4g ou superior com no mínimo 10gb de dados, validos por 30 dias, 1000 sms, whatsapp ilimitado, chamadas ilimitadas para fixo e móvel de todas as operadoras (vc1, vc2, vc3), gestor online para todas as linhas contratadas.			
	- Fornecimento de Chip, com fornecimento em comodato de aparelho "sistema operacional Android versão 11 ou superior, processador octa-core, memória Ram de 4 GB, armazenamento interno de 128GB, tela de no mínimo 6,4", bateria com no mínimo 5.000 Mah e solução de gerenciamento de dispositivo (MDM).Os aparelhos deverão ser novos, certificados pela ANATEL, sem uso, em linha de produção, comercializados na data licitação e acondicionados em suas embalagens originais lacrados, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade. - Garantia do equipamento em comodato pelo fornecedor, assim como manutenção preventiva e corretiva durante a			

Elias Madril

Técnico em Informática - Mat. 224171



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570 e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br

ANEXO I



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- **1.1**. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia SMP (Serviço Móvel Pessoal) Local e Longa Distância, com fornecimento de 38 aparelhos em comodato e respectivos chips.
- 1.2. Descrição dos itens objeto das requisições:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Total Mensal
01	Pacote de serviços de telefonia móvel, serviço móvel pessoal - smp (voz, dados e sms), acesso à internet por meio de tecnologia 4g ou superior com no mínimo 10gb de dados, validos por 30 dias, 1000 sms, whatsapp ilimitado, chamadas ilimitadas para fixo e móvel de todas as operadoras (vc1, vc2, vc3), gestor online para todas as linhas contratadas. Fornecimento de Chip, com fornecimento em comodato de aparelho "sistema operacional Android versão 11 ou superior, processador octa-core, memoria Ram de 4 GB, armazenamento interno de 128GB, tela de no mínimo 6,4", bateria com no mínimo 5.000 Mah e solução de gerenciamento de dispositivo (MDM) Aparelhos tem que ser novos, certificados pela ANATEL, sem uso, em linha de produção, comercializados na data licitação e acondicionados em suas embalagens originais lacrados, de forma a permetir completa, segurança quanto a sua originalidade e integridade.	38	unitário	R\$

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação

A aquisição de smartphones com planos de telefonia móvel e sistema de MDM (Mobile Device Management) para os agentes de fiscalização de trânsito justifica-se pelos seguintes aspectos:

Modernização e Eficiência Operacional;



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- Garantia de comunicação imediata entre agentes e central;
- Acesso remoto a sistemas municipais e registro digital de infrações, eliminando processos manuais.

2.2. Economicidade e Otimização de Recursos

 O modelo de comodato e planos corporativos assegura redução de custos, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

2.3. Segurança e Conformidade Legal

- Geolocalização em tempo real para monitoramento das equipes;
- Proteção de dados e bloqueio de uso indevido, alinhados à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
- Atendimento às regulamentações da ANATEL (Resoluções nº 477/2007 e 550/2010), exigindo licença válida da operadora contratada.

2.4. Impacto na Fiscalização

- Agilidade no atendimento e redução de inconsistências nos registros;
- Fortalecimento da fiscalização, contribuindo para um trânsito mais seguro e organizado no município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ABRANGENTE

A solução proposta consiste em um sistema integrado de comunicação e gestão móvel, composto por:

3.1. Dispositivos Móveis em Comodato

- Smartphones robustos, com:
 - o Resistência a impactos para uso em campo;
 - Kits de proteção (capa resistente, película de vidro temperado e cordão de segurança).

3.2. Plano de Telefonia Corporativa

- Cobertura 4G/5G em toda a área de atuação;
- Chamadas ilimitadas, 10GB de internet, SMS corporativo e WhatsApp liberado.
- 3.3. Sistema de Gerenciamento (MDM Mobile Device Management)
 - · Controle remoto dos dispositivos;
 - Geolocalização em tempo real para monitoramento das equipes;



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- Bloqueio de funções não autorizadas e distribuição de aplicativos corporativos (autuação eletrônica, consulta de placas, etc.);
- Modo quiosque para restrição a funções profissionais;
- Relatórios de uso e políticas de senha robustas.

3.4. Suporte e Garantias

- Atendimento 24/7 com prazo máximo de 2 horas para resolução de falhas críticas:
- Conformidade com a Lei 14.133/2021 (Licitações) e normas da ANATEL.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS MÍNIMOS

Os serviços e equipamentos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos para os agentes de trânsito da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana de Sant'Ana do Livramento/RS:

4.1. Serviços de Telefonia Móvel

4.1.1. Requisitos Gerais do Serviço

- Fornecimento de linhas ativas de Serviço Móvel Pessoal (SMP) na modalidade pós-paga, exclusivas para uso corporativo.
- Cobertura total em todas as áreas de atuação dos agentes no município.

4.1.2. Detalhes do Plano Corporativo

- Chamadas ilimitadas para números fixos e móveis de qualquer operadora.
- Comunicação prioritária entre os agentes e a central de operações.
- Conexão estável 4G/LTE ou superior para acesso a sistemas de fiscalização.
- Mínimo de 10 GB de internet de alta velocidade, válidos por 30 dias.
- Pacote de 1.000 SMS para comunicações oficiais.
- WhatsApp ilimitado para troca de informações e imagens.

4.1.3. Plataforma de Gestão

Plataforma de gerenciamento online centralizado para administração das linhas.

4.2. Requisitos da Operadora

4.2.1. Documentação

Licença válida da ANATEL para prestação do serviço SMP.

4.2.2. Infraestrutura e Suporte





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- Cobertura comprovada em toda a área urbana e vias de fiscalização.
- Infraestrutura robusta para garantir comunicação ininterrupta.
- Suporte técnico especializado 24/7 para atendimento emergencial.

4.2.3. Experiência

Comprovação de experiência em serviços corporativos para órgãos públicos.

4.3. Dispositivos Móveis em Comodato

4.3.1. Especificações Técnicas

- Sistema operacional: Android 11 ou superior.
- · Processador: Octa-core.
- Memória RAM: 4 GB.
- Armazenamento interno: 128 GB.
- Tela: Mínimo de 6,4 polegadas.
- Bateria: Mínimo de 5.000 mAh.

4.3.2. Requisitos Operacionais

- Resistência a impactos para uso em atividades de fiscalização.
- Sistema de fixação para operações em movimento.
- Bateria de longa duração, compatível com jornadas extensas.

4.4. Kit de Acessórios

4.4.1. Capa Protetora

- Material resistente a impactos, com reforço nas bordas.
- Aberturas precisas para botões, câmera e conectores.
- Superfície antiderrapante para melhor empunhadura.

4.4.2. Película Protetora

- Vidro temperado (dureza mínima 9H).
- Transparência superior a 90% com tratamento antirreflexo.
- Cobertura total da tela e aplicação simplificada.

4.4.3. Cordão de Pescoço



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- Ajustável e resistente, com sistema de encaixe seguro.
- Material confortável e capaz de suportar o peso do dispositivo.

4.5. Solução de Gerenciamento de Dispositivos (MDM)

4.5.1. Requisitos Gerais

- Compatibilidade com Android 11+ (validada no Android Enterprise) e iOS 10+.
- Funcionalidade independente de operadoras e dispositivos com Android GMS.
- Suporte à implantação via Zero Touch e APIs para integração corporativa.

4.5.2. Console de Gerenciamento

- Baseado em nuvem, sem necessidade de servidores locais.
- Dashboard customizável, logs de auditoria e níveis de acesso diferenciados.
- Envio de termos de aceite e mensagens push.

4.5.3. Funcionalidades para Android

- Distribuição e atualização de aplicativos por grupos.
- Controle de versionamento e loja corporativa de apps.
- Políticas de senha robusta, modo quiosque e cerca eletrônica.

4.5.4. Funcionalidades para iOS

- Modo supervisionado com restrições de AirDrop e Bluetooth.
- Configuração remota de VPN e Wi-Fi.

4.5.5. Relatórios e Monitoramento

- Exportação de dados em CSV (inventário, geolocalização, status de bateria, etc.).
- Alertas em tempo real e monitoramento remoto de tela.
- Relatórios históricos de até 30 dias.

4.6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

4.6.1. Pagamento

- O pagamento será realizado exclusivamente pelas linhas ativadas, mediante solicitação formal da Contratante.
- Não serão cobradas linhas não solicitadas ou não ativadas.

4.6.2. Portabilidade Numérica



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- A Contratada deverá realizar a portabilidade de 38 (trinta e oito) linhas, mantendo os números atuais ou faixas de numeração em uso.
- O serviço será isento de custos para a Contratante, independentemente da operadora de origem.
- O prazo máximo para conclusão da portabilidade será de 03 (três) dias úteis, conforme regulamentação da ANATEL.

4.6.3. Entrega e Habilitação de Chips

- Os chips (SIM cards) serão entregues e habilitados conforme demanda e solicitação formal da Contratante.
- A ativação seguirá os prazos estabelecidos no item 5.1 (Disponibilidade do Serviço), no que couber.

5. NÍVEIS DE SERVIÇO (SLAs) E PRAZOS

5.1. Disponibilidade do Serviço

- O serviço deverá estar disponível 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), exceto em manutenções programadas (com aviso prévio mínimo de 48h).
- Em caso de interrupção total (falha na recepção/realização de chamadas ou acesso à internet), a Contratada terá até 02 (duas) horas para restabelecer o serviço.

6. EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1.1. O prazo para a execução do objeto será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato.

6.2. LOCAL DE ENTREGA

- **6.2.1.** Os chips e aparelhos deverão ser entregues na Rua Allan Kardec, nº 55, Hidráulica, Sant'ana do Livramento, no setor de Compras da Secretaria de Trânsito.
- 6.2.2. A conferência será realizada pelos fiscais designados.
- 6.2.3. O horário de entrega será de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30.

6.3. VISTORIA

6.3.1. Vistoria não necessária.

6.4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- **6.4.1.** A entrega do objeto (chips e aparelhos) será feita de forma integral, após a emissão da Nota de Empenho, de acordo com a solicitação expressa da Secretaria requisitante.
- **6.4.2.** O prazo de entrega será em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho por parte do fornecedor.
- **6.4.3.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na solicitação de compra, neste termo de referência e na proposta.
- **6.4.4.** Em caso de rejeição, o objeto deverá ser substituído, reparado ou corrigido no prazo de 15 (quinze) dias, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **6.4.5**. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado do responsável ou comissão responsável.
- **6.4.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.5. VIGÊNCIA

6.5.1. A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme previsto em lei.

6.6. REAJUSTAMENTO

- **6.6.1.** O(s) preço(s) unitário(s) poderá(ão) ser reajustado(s), caso o Contrato venha a ser prorrogado e sua vigência ultrapasse 12 meses, utilizando como índice o IPCA acumulado dos últimos 12 meses.
- **6.6.2**. A periodicidade anual de que trata o item será contada a partir do mês de apresentação da proposta.
- **6.6.3**. O reajuste, após decorrido 1 (um) ano, inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, impostos e taxas, pedágios, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do contrato, sendo que qualquer alteração, mesmo após o primeiro ano de vigência, somente será admitida mediante solicitação por escrito da contratada.

6.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **6.7.1.** Aprovar as faturas apresentadas pela CONTRATADA assegurando o pagamento das mesmas, mediante a compatibilização destas com as medições realizadas.
- 6.7.2. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuadas.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570 e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- 6.7.3. Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato.
- **6.7.4.** Responsabilizar-se por eventuais perdas, roubos, furtos ou danificações dos aparelhos, sem ônus ao prestador de serviços.
- 6.7.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- **6.7.6.** Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- **6.7.7.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- **6.7.8.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- **6.7.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **6.8.1.** Cumprir todas as obrigações constantes neste termo, no Edital, seus anexos e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- **6.8.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na Legislação vigente.
- **6.8.3.** Efetuar a entrega do objeto/realizar a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, Edital, seus anexos e na emissão da Nota de Empenho, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao objeto/serviços.
- **6.8.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto/serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- **6.8.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e edital.
- **6.8.6.** Apresentar junto à proposta o Termo de Garantia do produto por defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, conforme Código de Defesa do Consumidor. Além da garantia contra defeitos, incluir cobertura para danos acidentais.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570 e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- **6.8.7.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou que impossibilite o cumprimento de prazo, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.8.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- **6.8.9.** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- **6.8.10.** Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada.
- **6.8.11.** Disponibilizar serviço de atendimento ao cliente gratuito, onde a contratante possa efetuar comunicação de qualquer problema com a prestação de serviço objeto deste contrato.
- 6.8.12. Possibilidade de visualização de detalhamento da fatura via web (internet).

6.9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- **6.9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **6.9.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- **6.9.3.** O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- **6.9.4.** A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
- **6.9.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- **6.9.6.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- **6.9.7.** O fiscal do contrato anotará no relatório de acompanhamento as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, \$1°).
- **6.9.8.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- **6.9.9.** A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- **6.9.10.** Os fiscais da execução do objeto serão os servidores: Zenir da Silva Rodrigues Mat:226361 e Sr. Marcelo Aguirre Vaz Mat: 233181.
- **6.9.11**. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos objetos/serviços fornecidos/prestados, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades previstas em lei.

7. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Estimativa do Preço da Contratação

7.1.1. Em decorrência de estudo realizado, a demanda se mostra viável, devido ao preço estar dentro do praticado no mercado e pela necessidade desta Secretaria. 7.1.2. Estima-se o valor da presente aquisição em aproximadamente R\$ 00000,00 (valor por extenso) [A DEFINIR].

7.2. CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO E DE PAGAMENTO

- **7.2.1.** O Município Sant'Ana do Livramento efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.
- **7.2.2.** O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial ou boleto bancário.

7.3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **7.3.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.
- 7.3.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto / Atividade	orçamentario 1752 - Multas	Natureza da despesa 170106.181.0241.4539 - 3339014000000 -91815-6	Saldo R\$ 100,00
---------------------	-------------------------------	---	---------------------

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-57 e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

8.1. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- **8.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, deverão ser observados os requisitos exigidos no edital.
- 8.2.2. Requisitos de Qualificação Técnica Específicos: * Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou/presta serviços do objeto a ser contratado. * Cópia da licença ou ato de autorização emitido pela ANATEL, em vigor, que a habilite à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou que a qualifique como Operadora Móvel Virtual (MVNO Mobile Virtual Network Operator), nos termos das Resoluções ANATEL nº 477/2007 e nº 550/2010.
- **8.2.3.** A contratada deverá comprovar que a atividade que desenvolve é pertinente ou compatível com o objeto deste Termo de Referência.
- **8.2.4.** Requisitos Adicionais de Habilitação (Fiscal, Trabalhista, Previdenciária, etc.): * Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato. * Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Legislação vigente, e apresentar documentação comprobatória conforme exigido no edital.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINIȘTRATIVAS

9.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital.

10. POSSIVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 10.1. Impacto Ambiental e Sustentabilidade na Aquisição de Telefonia Móvel
- **10.1.1.** A aquisição de dispositivos móveis robustos e de alta durabilidade, integrados a planos de telefonia corporativa com gestão centralizada (MDM), contribui significativamente para a redução do descarte de resíduos eletrônicos e a preservação do meio ambiente.
- **10.1.2.** Ao optar por smartphones com resistência a impactos, baterias de longa duração e garantia estendida, diminui-se a necessidade de substituições frequentes, evitando o acúmulo de lixo eletrônico e reduzindo o impacto ambiental associado à produção e ao descarte de aparelhos de baixa qualidade.



e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

- **10.1.3.** A adesão a políticas de logística reversa (reciclagem de dispositivos antigos) e a escolha de operadoras com compromisso ambiental reforçam o alinhamento do município com práticas sustentáveis, em conformidade com as diretrizes de responsabilidade socioambiental.
- **10.1.4.** Outro benefício indireto é que a modernização da comunicação dos agentes de trânsito por meio de soluções móveis eficientes reduz a necessidade de deslocamentos desnecessários e impressão de documentos, diminuindo: * Consumo de combustível (menos viaturas em deslocamento); * Emissão de CO₂ (redução da pegada de carbono); * Geração de resíduos (papel, toners, etc.).
- **10.1.5.** Dessa forma, a solução proposta não apenas otimiza a fiscalização de trânsito, mas também promove a sustentabilidade, reforçando o compromisso da gestão pública com tecnologia limpa e eficiência operacional.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

11.1. A utilização do objeto e seu quantitativo serão feitos conforme a necessidade desta Secretaria.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

13. LEVANTAMENTO DE MERCADO

13.1. O levantamento de mercado será efetuado por no mínimo 03 (três) empresas da região e acrescentado valores de sites governamentais (Licitacon-rs, Painel de Preços, Compras Br, etc.) por meio do setor de compras da S.M.T.T.M.U, conforme exigência legal para contratação.

14. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Em decorrência de estudo realizado a demanda se mostra viável, devido o preço estar dentro do praticado no mercado e pela necessidade desta secretaria.

R\$ 000000 (--).

Sant'Ana do Livramento, 22 de maio de 2025.

Marçio Goularte

Secretario de Trânsito



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 - CEP: 97.573-570 e-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br

ANEXO II MODELO – PROPOSTA

Propo	sta que fa	ız a empre	sa		inscrita		CNPJ	(MF)
nº, localizada				CEP	Fone/fax			,
e-mail:conforme itens abaixo relacionados				de acordo o	com todas	as esp	ecificaçõ	es e
condi	cões est	abelecidas	na Licitação PREGÃO	ELETRÔNICO	O N° 0000	0/2025, p	romovido	pela
			t'Ana do Livramento.			, ,		•
				•				
			Lote	nº				
Item	Unid.	Quant.	Especificação Detalhad	la do Objeto	Valor	unit.	Valor to	otal
				-	R	5	R\$	
Prazo	de validad	le da propo	sta: 90 dias Contato:					
			Local, /	/ de	2025.			
		Don	rocontanto logal: (nomo cor	mploto accipat	ura cargo)			
	Representante legal: (nome completo, assinatura, cargo)							
				• '	, ,			



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570
Telefone: (55)99178.1244 E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8242/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0055/2025
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP) E APARELHOS EM COMODATO.

Contrato celebrado e público, sito na Rua representado neste a	Rivadávia Correa,	nº 858, Centro,	inscrita no CNP	J/MF nº 88.1	24.961/0001- 59,
CONTRATANTE e a	Empresa		sito na rua		nº, nº,
na cidade de					
CNPJ nº	, representada r	este ato por	seu Sr.		CPF
nº					
doravante denomina					
Cláusula Primeira - I			, ,	•	

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.854/2024, Decreto Municipal 10.852/2024 e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelo termo de referência, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de serviço de telefonia móvel (serviço móvel pessoal – SMP) e aparelhos em comodato,** para atender à Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana, conforme abaixo especificado:

Descrição do Objeto

Item	Unid.	Quant.	Especificação Detalhada do Objeto	Valor unit. R\$	Valor total R\$

- **1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- **1.2.3.** A Proposta do contratado:
- **1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS E CONDIÇÕES

- **2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período a critério da Administração, na forma do <u>artigo</u> 105 da Lei Federal n° 14.133/2021.
- **2.2.** Os materiais deverão ser entregues na Rua Allan Kardec, nº 55, Hidráulica, na cidade de Sant'Ana do Livramento RS, no setor de Compras da Secretaria de Trânsito, após a "Ordem de Fornecimento", no prazo máximo de **30 (trinta) dias** do recebimento da Nota de Empenho, correndo por conta do contratado as despesas decorrentes de frete, embalagens, seguros, mão de obra, etc.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570
Telefone: (55)99178.1244 E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

- **4.1.** O preço para o presente ajuste é de **R\$......** (), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pelo **CONTRATADO**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.
- **4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECURSO FINANCEIRO

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Natureza da Despesa
MANUT. POLICIAMENTO/FISCAL IZ COMU - SERVIÇO	1752 - Multas	170106.181.0241.4539 – 3339014 – 91815-6

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 92, V e VI)

- **6.1.** O pagamento será realizado após a entrega de cada etapa do estudo, com suporte técnico até a conclusão do processo, através da Nota de Empenho, mediante emissão de Notas Fiscais e a tramitação do Processo para instrução e liquidação.
- **6.2.** Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **6.3.** A Administração do Município de Sant' Ana do Livramento RS poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Licitante vencedora, nos termos deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.1. As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente a 1% ao mês, "pro rata die".

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO E RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

- **8.1.** Não será concedido reajustamento de preços durante a vigência do futuro contrato (será respeitado o período mínimo de 12 meses para pedidos de reajuste de preços), exceto se Lei Federal assim determinar hipótese em que os reajustes serão concedidos de acordo com a norma legal.
- **8.2.** A recomposição de preços, visando o equilíbrio econômico-financeiro, para aquisição dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, dar-se-á, de acordo com a previsão legal contida no **Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Federal 11.462/23** e alterações posteriores, mediante termo circunstanciado assinado entre as partes, o qual passará a integrar o presente contrato.
- **8.3.** O valor do preço registrado terá recomposição, com vista ao equilíbrio econômico-financeiro, após parecer jurídico homologado pela Prefeita Municipal, nos índices e forma solicitada pela vencedora da licitação desde que este esteja acompanhado de documentação que comprove a atual incompatibilidade do preço registrado para execução do serviço.
- **8.4.** A partir da emissão da **Nota de Empenho** ou "**Ordem para entrega dos produtos**", pela secretaria requerente, os preços permanecerão fixos e irreajustáveis até a entrega do produto.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570
Telefone: (55)99178.1244 E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

- **9.1.** O recebimento e fiscalização do objeto da presente licitação será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.
- **9.2.** Os Fiscais responsáveis pelo acompanhamento do objeto contratual serão **Marcelo Aguirre Vaz**, matrícula nº 233181 e **Zenir da Silva Rodrigues**, matrícula nº 226361.
- **9.3.** Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- **9.4.** Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **9.5.** Os bens serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- **9.6.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- **9.7.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Lei 14.133/21, art. 92, X, XI e XIV)

- **10.1.** São obrigações do Contratante:
- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- i) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais quando couber;
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- k) Demais obrigações previstas no Termo de Referência.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570
Telefone: (55)99178.1244 E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- **11.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **a)** Efetuar a realização do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na emissão da Nota de Empenho, no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao objeto, como: marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de validade e garantia;
- **b)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (<u>Lei nº 8.078, de 1990</u>);
- **c)** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **e)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **k)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (<u>art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021</u>);
- I) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **m)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no <u>art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.</u>



- **n)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- o) Enviar uma cópia da alteraçãode contrato caso sofra alterações;
- p) Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções de acordo com <u>arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021:</u>
- a) advertência;
- **b)** multa:
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. As hipóteses de extinção de contratos estão previstas nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei <u>nº</u> 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei nº 8.078</u>, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- **15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- **15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- **15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.



Rua Brigadeiro Canabarro, 740 – CEP: 97.573-570
Telefone: (55)99178.1244 E-mail:pmllicitacoes@yahoo.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- **16.1.** Fica eleito o Foro de Sant'Ana do Livramento RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.
- **16.2.** E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

Sant' Ana	do Livrame	nto - RS		/2025
Oant Ana	i uu Liviailie	1110 - 110	/	/ _ U _ U

ANA LUIZA MOURA TAROUCO

Prefeita Municipal

CONTRATADO (A)